

INFORMATIVO TRIMESTRAL 3º TRIMESTRE DE 2002

Este informativo trimestral, emitido pela área de Relações com Investidores, tem como objetivo manter os acionistas, investidores, analistas de mercado e a comunidade financeira em geral, informada sobre o resultado econômico financeiro da Eletropaulo. Conforme mencionado em trimestres anteriores, este relatório passou a ser um dos veículos de comunicação da empresa junto ao Mercado, mantendo a política de transparência de seus resultados e estratégias.

Caso necessitem de informações adicionais às contidas neste relatório, favor entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores através do e-mail marketrelations@eletropaulo.com.br ou pelo telefone 55.11.5501-7685 com Andrea Fernandes ou Geraldo Colonhezi.

INTRODUÇÃO

D) O ACORDO GERAL DO SETOR

O ano de 2001 foi um ano de grandes desafios para o setor elétrico brasileiro, devido principalmente ao programa de racionamento de energia implementado pelo governo por intermédio da Medida Provisória 2148-1 de 22/05/2001 e ao extenso processo de negociação que seguiu o estabelecimento do racionamento e envolveu os agentes do setor e o governo. Esse processo teve um resultado positivo, à medida que as empresas obtiveram compensação pelas perdas relacionadas ao racionamento de energia e importantes pendências no campo regulatório foram resolvidas.

A principal causa do racionamento foi a combinação de um regime de chuvas desfavorável com um nível de investimentos em geração insuficiente para atender o crescimento da demanda. A ausência de níveis adequados de investimento em capacidade adicional de geração de energia elétrica no Brasil esta relacionada à ausência de regras claras e pendências regulatórias relacionadas, entre outros, ao repasse inadequado dos custos não gerenciáveis.

A fim de corrigir as disfuncionalidades do setor elétrico e garantir o funcionamento do Mercado, a continuidade dos investimentos, o fim da crise de energia e as condições para evitar a repetição do problema, o governo promoveu o Acordo Geral do Setor, o qual está refletido através da Medida Provisória nº14, a qual foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em 29/04/2002, tornando-se Lei 10.438.

A Medida Provisória nº14 estabeleceu, entre outros, o mecanismo para a compensação das perdas com o racionamento através de reajuste tarifário extraordinário vigente desde 27/12/2001, o qual para a Eletropaulo representou um aumento médio de 5,6% (2,9% residencial, 7,9% outros). Obedecendo ao regime de competência e às determinações da Resolução 72 da ANEEL, de 07 de fevereiro de 2002, as empresas contabilizaram durante o período do racionamento uma receita a título da recomposição tarifária extraordinária. A Resolução 72 estabelece em detalhes o método de contabilização das medidas estabelecidas na MP 14, após tratativas com a CVM – Comissão de Valores Mobiliários e demais entidades de classe que atuam na normatização de procedimentos contábeis.

A recuperação das perdas relativas ao racionamento de energia elétrica foi calculada a partir da diferença entre a receita efetiva no período do racionamento e a receita estimada caso não houvesse racionamento. A metodologia utilizada para determinar essa receita foi a seguinte: consumo de energia elétrica esperado para 2001 (baseado no consumo em 2000, taxa de crescimento de mercado definida a partir da taxa de crescimento do PIB em 2001 e elasticidade do consumo de energia elétrica em relação ao PIB), multiplicado por uma tarifa média.

Conforme Resolução 31 da Aneel de 24/01/2002, as distribuidoras que tiveram o direito à recomposição extraordinária tarifária deverão pagar às geradoras, durante o período de vigência de racionamento, os valores dos contratos iniciais e equivalentes com redução. O fator de redução é obtido através da relação: consumo esperado do Brasil para as empresas que estiverem sob racionamento de energia em 2001 dividido pela somatória dos contratos iniciais e equivalentes das distribuidoras das mesmas.

O cálculo preliminar disponibilizado pela Aneel sinalizava uma redução de 2,341%. Desta forma, tais empresas solicitaram a Aneel a homologação do resultado de sua recomposição tarifária extraordinária, porém até a data de publicação deste relatório(09/08/2002), tal homologação ainda não foi concluída.

Entretanto, um trabalho realizado pela Abradee apontou que o fator de redução para o cálculo da recomposição tarifária extraordinária das empresas não seria de 2,341% e sim de 6,64%, sendo, portanto tais valores sujeitos a ajustes.

Tal efeito na alteração do fator de redução também ocasionou um ajuste nos pagamentos dos contratos iniciais. As distribuidoras pagarão aproximadamente 93,4% dos contratos iniciais referente ao período de vigência do racionamento a fim de garantir às geradoras a recuperação de suas receitas contratuais, ao invés de 97,6 % definido anteriormente pela Aneel.

Em 29/08/2002 a Aneel através das Resoluções n°480 (recomposição de receita referente ao período de racionamento de jun/01 à dez/01) e n°481(recomposição de receita referente ao período de racionamento de jan/02 à fev/02) modificou o fator de redução a ser aplicado aos contratos iniciais durante o período do racionamento. Desta forma os valores previamente contabilizados de receita tarifária extraordinária e de despesa com energia elétrica comprada, foram ajustados para que estivessem de acordo com os valores homologados pela Aneel.

Além disso, a Aneel homologou também em 29/08/2002:

- ✂ os montantes relativos aos itens da “Parcela A” (Resolução n° 482);
- ✂ os montantes relativos a Energia Livre (Resolução n° 483);
- ✂ a fixação dos prazos máximos de permanência da Recomposição Tarifária Extraordinária (Resolução n° 484).

Até setembro de 2002, o BNDES realizou dois adiantamentos referentes às compensações das perdas do racionamento entre junho a dezembro de 2001 e das Variações da “Parcela A” entre janeiro a outubro de 2001. A primeira parcela de R\$ 278,3 milhões foi desembolsada em fevereiro de 2002 e a segunda – R\$ 734,2 milhões, em agosto de 2002. Espera-se que até o final de novembro de 2002, seja desembolsado a última parcela equivalente à 90% das perdas do racionamento durante os meses de janeiro e fevereiro de 2002. O valor das respectivas perdas – R\$ 245,1 milhões – foi homologado pela Aneel através da Resolução n°481 de 29/08/2002.

II) MAE

O MAE - Mercado Atacadista de Energia Elétrica, uma empresa de direito privado, submetida à regulamentação por parte da ANEEL, foi criada através da Medida Provisória n°. 29 de 7 de Fevereiro de 2002 , em substituição à antiga estrutura da ASMAE.

O MAE é responsável por todas as atividades requeridas à administração do Mercado, inclusive financeiras, contábeis e operacionais, sendo as mesmas reguladas e fiscalizadas pela ANEEL. Nele se processam as atividades comerciais de compra e venda de energia elétrica por meio de contratos bilaterais e de um mercado de curto prazo, restrito aos sistemas interligados Sul/Sudeste/Centro Oeste e Norte/Nordeste.O MAE não compra ou vende energia e não tem fins lucrativos. Ele viabiliza as transações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes de mercado.

O MAE tem suporte legal e regras de funcionamento determinadas pela ANEEL, previstas na Convenção de Mercado.

Dentre todas as atividades exercidas pelo MAE, a que está com problemas sérios hoje, são a contabilização e a liquidação dos valores de compra e venda de energia de curto prazo desde setembro de 2000. É esperado que a liquidação financeira dos contratos de energia de curto prazo de setembro de 2000 a setembro de 2002, seja efetuado em 22/11/2002, conforme a deliberação do conselho do MAE.

Pontos importantes da liquidação financeira recentemente definida pela Resolução nº610 da Aneel de 06 de novembro de 2002:

- ✂✂ A liquidação será efetuada pelos valores líquidos de cada Agente;
- ✂✂ Os valores liquidados não sofrerão correção monetária (IGP -M);
- ✂✂ Correção monetária pelo IGP-M incidirá somente ao pagamento após a data de liquidação do MAE;
- ✂✂ Valores para a liquidação financeira dos contratos de energia de curto prazo não sofrerão correção monetária pelo IGP-M até a data de liquidação, e a partir do vencimento até a data de efetiva do pagamento será cobrada correção monetária (IGP-M) pró-rata;
- ✂✂ Utilização do Banco do Brasil como o *clearing*, onde os Agentes do setor terão que ter uma conta especial para os pagamentos.



Pontos a serem resolvidos para que ocorra a liquidação financeira no MAE:

- ✂✂ Aprovação da Medida Provisória 66 de 29/08/2002 – que dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança do PIS/PASEP na comercialização de energia;
- ✂✂ Liberação do adiantamento do BNDES para os Geradores.

III) Reestruturação Organizacional

A Eletropaulo está em fase de implementação de uma nova estrutura organizacional, visando maior eficiência operacional, administrativa e financeira. Serão criados oito novos cargos de Vice-Presidente Sênior, os quais estarão se reportando diretamente ao Presidente, Steven Clancy, e que passarão a ser responsáveis pelas seguintes áreas:

- ✂✂ Operacional:
 - ✂✂ Região Central – Charles Lenzi
 - ✂✂ Região Oeste – Cyro Bocuzzi
 - ✂✂ Região Leste – Eric Pendegraf
- ✂✂ Infraestrutura e Centro de Operações – Ricardo Vincens
- ✂✂ Financeira e Recursos Humanos – Jeff Safford
- ✂✂ Comercial – Derek Paton
- ✂✂ Regulatório, Relações Institucionais e com Investidores – Andrea C. Ruschmann
- ✂✂ Jurídico – José M. Meirelles

IV) Reclassificação Contábil

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras a parcela de longo-prazo de alguns empréstimos da Companhia foram reclassificadas para o curto prazo. O montante da reclassificação foi de R\$1.198.627 no endividamento da Controladora e de R\$1.727.220 no endividamento Consolidado. Algumas dívidas foram reclassificadas em função do não cumprimento de índices financeiros previstos em contrato e outras tiveram sua reclassificação causada por descumprimentos em outros instrumentos contratuais ("cross-default"). A administração da Companhia está, atualmente, renegociando esses contratos de empréstimos, com a finalidade de rever os índices financeiros estabelecidos. A administração acredita que terá sucesso nesse processo de renegociação, que já se encontra em estágio avançado.

CONTROLE ACIONÁRIO

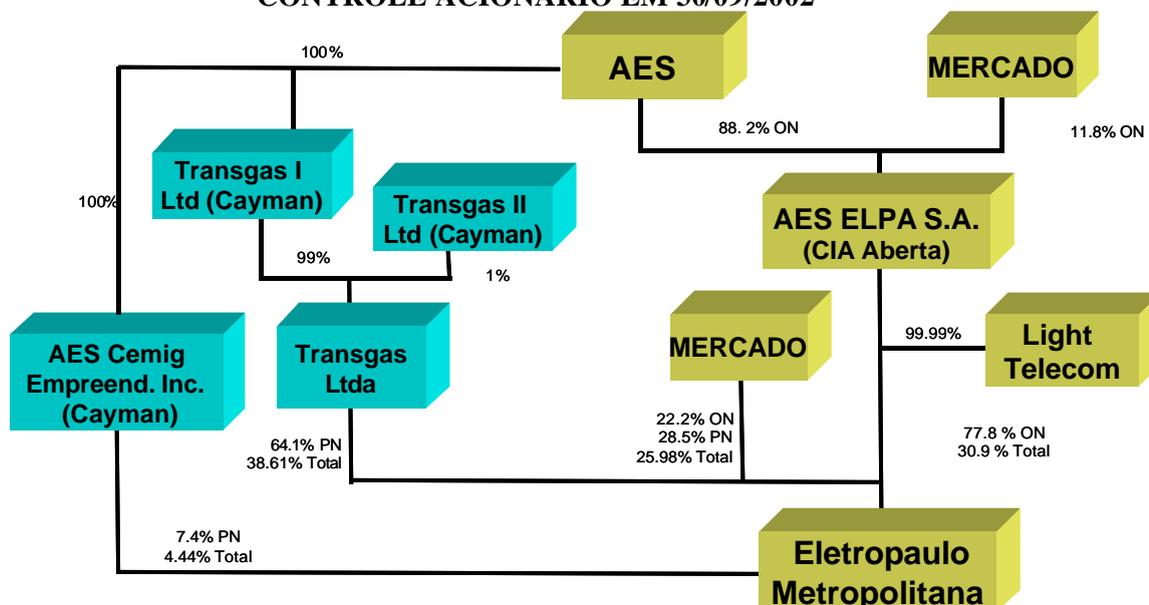
Em 6 de fevereiro de 2002 foi concluído o processo de reestruturação societária iniciado em 2000, com a venda das participações da Reliant, CSN e compra do bloco do BNDES. A Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light”) e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”) comunicaram ao mercado que, após a efetivação da redução do capital social da Light, (a) EDF International S.A. e sua controlada, LIDIL Comercial Ltda.. (“EDF”) transferiram para (b) The AES Corporation e suas controladas, AES Coral Reef LLC, AES Treasure Cove Ltd. e AES Cemig Empreendimentos INC. (“AES”), 9.022.443.573 ações representativas do capital social da AES ELPA S.A. (atual denominação e tipo jurídico da LightGás Ltda.) (“AES ELPA”) que foram recebidas da Light em razão da redução de seu capital social. Em contraprestação, AES transferiu 3.351.004.792 ações ordinárias da Light de sua propriedade, à EDF.

A referida permuta de ações consolidou a última etapa do processo de reestruturação das participações societárias detidas pelos Grupos EDF e AES no capital social da Light, da AES ELPA e, indiretamente, da Eletropaulo. Como consequência dessa reestruturação, conforme divulgado nos Fatos Relevantes de 6 e 23 de julho de 2001, a AES assumiu isoladamente o controle societário da AES ELPA com 88,21% das ações votantes e, indiretamente, da Eletropaulo, bem como da AES Communications Rio de Janeiro Ltda. (ex-Light Telecom Ltda); e a EDF assumiu isoladamente o controle societário da Light com 88,21% das ações votantes.

A reestruturação societária foi devidamente aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio dos Ofícios n°s 448, de 29.10.2001, 535 e 536, ambos de 10.12.2001, e pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, por meio do Ofício n° 607, de 13.12.2001.

Finalmente em 06/11/2002 após a aprovação da CVM da abertura de capital da AES ELPA as ações da mesma, se desvincularam das ações da Light, finalizando assim o processo de reestruturação societária. A negociação das ações da AES ELPA faz-se através do ticker AELP3 na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).

CONTROLE ACIONÁRIO EM 30/09/2002



Controle Acionário da AES

68,6% ações ordinárias
71,5% ações preferenciais
70,3% capital total

MERCADO

A Eletropaulo atende 24 municípios do Estado de São Paulo, incluindo a Capital, localizados na região mais desenvolvida do território nacional. Sua área de concessão representa apenas 0,05% do território nacional, entretanto apresenta a maior concentração de habitantes por quilômetros quadrados (3.247,9 hab/km²), compreendendo uma população de 15,2 milhões (69% dos habitantes da cidade de São Paulo) em uma área equivalente a 4.526Km². O consumo por quilômetro quadrado de 1.761 MWh¹ registrado no terceiro trimestre de 2002 na área servida pela Eletropaulo é significativamente superior ao apresentado por outras empresas de distribuição de energia.

Atualmente a empresa atende 4,9 milhões de consumidores, o que corresponde a um consumo aproximado de 7.992 GWh acumulado de julho a setembro de 2002 (mercado firme²). O consumo por cliente no 3º trimestre de 2002 foi de aproximadamente 1.604kWh¹.

Em 04 de julho de 2002 através do reajuste tarifário ordinário previsto pelo contrato de concessão, a Eletropaulo teve suas tarifas reajustadas em 14,24%, sendo 75% deste total relativo aos custos da Parcela A (não incluindo a CVA) e 25% referente aos custos da Parcela B. Tal reajuste tem impacto na receita da empresa a partir do 3º trimestre de 2002 até o 2º trimestre de 2003 (vide item "Reajuste Tarifário").

TARIFA MÉDIA R\$/MWh	2.002			Acumulado 2002
	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	
RESIDENCIAL	208,11	213,18	239,58	220,91
INDUSTRIAL	123,45	125,06	149,34	132,15
COMERCIAL	188,59	185,81	212,92	195,66
DEMAIS	126,60	136,03	152,71	138,73
TOTAL	166,75	169,94	196,57	177,79

OBS: As tarifas acima são líquidas de ICMS e contemplam o reajuste extraordinário para recuperação das perdas com racionamento:

- ≈ ≈ 2,9% para consumidores residenciais (excluindo os consumidores baixa renda), rurais e iluminação pública.
- ≈ ≈ 7,9% para consumidores de outras classes.

Os principais fatores que explicam as variações no consumo e faturamento para fins de comparação com o 3º trimestre de 2002:

≈ ≈ Consumo:

- ≈ ≈ Racionamento durante o período de junho de 2001 a fevereiro de 2002;
- ≈ ≈ Novos hábitos de consumo após o racionamento,
- ≈ ≈ Crise econômica que afeta alguns setores da economia.

≈ ≈ Faturamento:

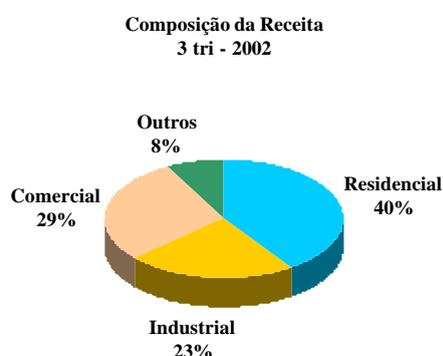
- ≈ ≈ Reajuste Tarifário de 4 de julho de 2002 de 14,24%;

¹ Excluindo consumo próprio

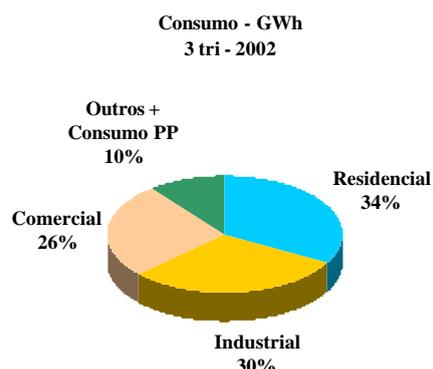
² Considera-se mercado firme o consumo total de energia faturado mais o consumo próprio de energia.

	3Tri01	2Tri02	3Tri02	Total %	3Tri01x3Tri02	2Tri02x3Tri02
Consumo - GWh						
Residencial	2.243	2.610	2.662	33,3%	18,7%	2,0%
Industrial	2.149	2.692	2.385	29,8%	11,0%	-11,4%
Comercial	1.673	2.220	2.106	26,3%	25,9%	-5,1%
Outros + Consumo Próprio	783	817	839	10,5%	7,1%	2,7%
Total c/ Consumo Próprio	6.848	8.339	7.992	100%	16,7%	-4,2%
Faturamento- R\$ Mil						
Residencial	378.677	556.327	637.918	41%	68,5%	14,7%
Industrial	267.153	336.542	356.236	23%	33,3%	5,9%
Comercial	286.588	412.476	448.409	29%	56,5%	8,7%
Outros	86.557	109.450	126.370	8%	46,0%	15,5%
Total	1.018.975	1.414.795	1.568.933	100%	54,0%	10,9%

A **classe residencial** desde o início do ano até setembro de 2002 tem demonstrado uma média de crescimento de 2,25% ao mês. Este crescimento médio é um dos fatores para o aumento da representatividade desta classe no consumo total em MWh no 3º trimestre de 2002 (33,3%). Comparando-se o consumo do 2º trimestre de 2002 com o do 3º trimestre de 2002 verifica-se um aumento de 2,01%, e se comparado com o mesmo período do ano anterior o aumento verificado é mais expressivo (18,7%). Em relação ao faturamento, verificou-se um crescimento do 2º trimestre de 2002 para o 3º trimestre de 2002 de 14,74% e de 68,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.



A **classe comercial**, com participação de 26,4% do mercado total, apresentou uma redução no consumo (MWh) em relação ao trimestre anterior de 5,14%, devido à recessão econômica em que o país se encontra e aos novos hábitos de consumo desta classe, como uso de geradores e co-geração no horário de ponta e o uso racional da energia.. Comparando o consumo verificado no 3º trimestre de 2002 ao realizado no 3º trimestre de 2001, verifica-se um aumento do consumo desta classe na ordem de 25,9%. Em relação à receita verifica-se um acréscimo de 56,5% comparando-se com o mesmo trimestre do ano anterior e uma evolução no faturamento de 5,85% comparando-se com o trimestre anterior.



No 3º trimestre de 2002, a **classe industrial**, , apresentou um crescimento de 11% em MWh, e um aumento de receita de 33,35%, quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Comparando-se o 3º trimestre de 2002 com o trimestre anterior verifica-se um decréscimo de 11,39% em MWh devido à diminuição da atividade econômica (paralisação de alguns setores como o automobilístico), o que refletiu



no faturamento desta classe, pois o aumento no faturamento foi de apenas de 5,9%, inferior ao dado no reajuste de 4 de julho de 2002.

No 3º trimestre 2002 a **classe outros**, que inclui iluminação pública, rural, poderes públicos, tração elétrica, água e esgoto e consumo próprio apresentou um acréscimo em consumo de 7,13% quando comparado ao período correspondente de 2001 e um aumento de receita de 46%. Quando comparamos com o trimestre anterior o consumo cresceu em 2,7% e a receita aumentou em 15,46%.

ANÁLISE DO TRIMESTRE

RESULTADO

O resultado do 3º trimestre de 2002 foi afetado principalmente por:

- ✂✂ Reajuste tarifário ordinário de 4 de julho de 2002;
- ✂✂ Ajustes contábeis:
 - ✂ positivo de R\$ 127,8 milhões na receita bruta, reflexo da homologação dos valores da recomposição da receita referente ao período do racionamento de junho de 2001 à fevereiro de 2002 (vide item “Acordo Geral do Setor”);
 - ✂ negativo de R\$30,1 milhões na despesa com energia elétrica comprada, devido à homologação dos montantes relativos à recomposição de receita do período do racionamento (vide explicação no item “despesa com energia elétrica comprada”);
 - ✂ positivo de R\$11,9 milhões referentes aos números previamente divulgados pelo MAE (vide explicações nos itens: “energia elétrica comprada” e “receita bruta”);
- ✂✂ Diferimento dos custos não-gerenciáveis: Como resultado do “Acordo Geral do Setor” e da criação do mecanismo de “Tracking Account”, a empresa pode diferir os custos não gerenciáveis referentes à Parcela A, tais como - despesas com Conta de Consumo de Combustível (CCC), compra de energia de Itaipu e encargos de serviço do sistema, uma vez que tais custos serão recuperados via reajuste tarifário futuro. Este mecanismo gerou uma recuperação de despesas na ordem de R\$192,3 milhões referente ao período de Julho-Setembro de 2002 (vide explicação no item “Resultado Operacional - Conta CVA”), que ocorreu via reajuste tarifário em 4 de julho de 2002.
- ✂✂ Variação cambial: foi o item de maior impacto no período, devido à desvalorização cambial de 36,9% e pela diminuição do percentual de “hedge” sobre a dívida em dólar para 16,7% em 30/09/2002, e;
- ✂✂ Deliberação CVM nº 371: impactou negativamente em R\$66,3 milhões, oriundos da contabilização da dívida extrapatrimonial com a Fundação Cesp.

Desta forma, a Receita Bruta foi de R\$2.046 milhões, o EBITDA de R\$373,4 milhões, o Resultado Financeiro foi negativo em R\$946 milhões e o Resultado do Período um prejuízo de R\$386,8 milhões.

Resultado Operacional Bruto Controladora	3 tri01	2 tri02	3 tri02
Residencial	474.555	755.269	829.928
Comercial	350.466	502.962	556.419
Industrial	325.831	410.217	445.375
Rural	520	612	701
Poder Público	35.876	52.024	58.312
Iluminação Pública	25.617	26.805	38.641
Serviço Público	38.477	46.775	52.877
Total de Fornecimento	1.251.342	1.794.664	1.982.252
Outros			
Recomposição tarifaria	0	(180.826)	43.411
Energia Livre	0	42.619	(61.591)
Curto Prazo	274.670	92.241	17.194
Outros	13.667	27.730	64.356
Total Outros	288.337	(18.236)	63.370
Total Res. Bruto	1.539.679	1.776.428	2.045.622
Deduções a Rec.			
ICMS por classe			
Residencial	(95.878)	(141.680)	(163.264)
Comercial	(63.877)	(90.486)	(98.228)
Industrial	(58.677)	(73.675)	(78.052)
Rural	(1)	(24)	(30)
Poder Público	(3.610)	(5.168)	(5.989)
Iluminação Pública	(4.607)	(4.495)	(6.570)
Serviço Público	(5.719)	(7.080)	(7.961)
Total ICMS por classe	(232.367)	(322.608)	(360.093)
Outras			
ECE	0	(57.262)	(53.226)
RGR	(15.942)	(15.288)	(20.943)
Outras	(55.792)	(62.150)	(72.230)
Total Outras	(71.734)	(134.700)	(146.399)
Receita Líquida	1.235.578	1.319.120	1.539.130

RESULTADO OPERACIONAL

3º Trimestre 2002 x 2º Trimestre 2002

A *receita bruta* no 3º trimestre de 2002 sofreu alguns ajustes:

- ✂ De R\$24,8 milhões negativos referente a recomposição tarifária extraordinária devido a mudança do fator de redução dos contratos iniciais (vide explicação no item “Acordo Geral do Setor”);
- ✂ de R\$61,6 milhões negativos referentes a Energia Livre, devido a mudança do fator de redução dos contratos iniciais, (vale ressaltar que a energia livre não impacta o resultado, pois este valor também está contabilizado como receita em compra de energia, não impactando desta forma o EBITDA, uma vez que a empresa irá apenas repassar este valor arrecadado com o reajuste tarifário extraordinário para os geradores);
- ✂ de R\$39,6 milhões negativos devido aos números provisórios divulgados pelo MAE referente a venda de Energia de Curto Prazo (período de setembro/2000 à setembro/2002);
- ✂ de R\$127,8 milhões positivos devido ao ajuste da recomposição extraordinária de tarifa (vide análise do “Resultado”).

Ajuste do Fator de Redução		
	6,64%(1)*	Resolução Aneel (2)
Racionamento 2001	912	921
Racionamento 2002	153	272
Total	1.065	1.193
Diferença (1)-(2)		-128

Recomposição Tarifária Extraordinária	
Saldo em 30/06/02	1.011.406
Ajuste decorrente da alteração do fator de redução	127.870
Recomp. Tarifária Extraordinária amortizada	(84.460)
Correção pela Selic	59.094
Saldo em 30/06/02	1.113.910

* ajuste efetuado no 2º trimestre de 2002

O impacto da CVA (Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A) no 3º trimestre de 2002 no resultado da empresa foi positivo em R\$ 192,3 milhões, ou seja, a diferença entre a CVA Ativa e a CVA Passiva, mais as amortizações ativas e passivas da tabela abaixo:

	Saldo acumulado 2 Tri 02	CVA Ativa (*)	CVA Passiva(**)	Mutação da CVA		Correção de Selic no Ativo	Correção de Selic no Passivo	Saldo Final 3 Tri 02
				Amortização Ativa	Amortização Passiva			
CCC	(1.173)	30.614	(6.645)	(4.224)	2.445	454	(460)	21.011
Itaipu	122.168	165.751	0	(13.007)	6.832	2.489	0	284.233
ESS	23.067	10.500	0	0	0	0	0	33.567
Total	144.062	206.865	(6.645)	(17.231)	9.277	2.943	(460)	338.811

	Ativo(1) 2 Tri 02	Passivo(2) 2 Tri 02	Saldo acumulado (1 - 2) 2 Tri 02
CCC	16.899	(18.071)	(1.172)
Itaipu	149.494	(27.326)	122.168
ESS	23.076	0	23.076
Total	189.469	(45.397)	144.072

	Ativo(1) 3 Tri 02	Passivo(2) 3 Tri 02	Saldo acumulado (1 - 2) 2 Tri 02
CCC	43.743	(22.732)	21.011
Itaipu	304.727	(20.494)	284.233
ESS	33.567	0	33.567
Total	382.037	(43.226)	338.811

(*) a despesa foi superior ao estabelecido na tarifa.

(**) a despesa foi inferior ao estabelecido na tarifa.

A *despesa com CCC*, no 3º trimestre de 2002 foi 19,7% superior ao trimestre anterior. Este aumento é explicado por dois fatores:

1. A metodologia de contabilização da CVA;
2. E um ajuste referente a uma ação judicial que a empresa estava questionando em 2000, devido a mudança do valor da alíquota naquele ano. No 3º trimestre de 2002, a empresa retirou o questionamento judicial e efetuou o pagamento pendente de R\$ 65 milhões. Sendo assim, a empresa pôde diferir parte deste pagamento na CVA referente ao período de 2002/2003, vide quadro abaixo:

CCC contabilizada no 3 Tri 02			
Mês	Valor à contabilizar	CVA	Valor Contabilizado
Julho	17.455	(4.994)	22.449
Agosto	22.050	(324)	22.374
Setembro	21.047	(1.327)	22.374
Total	60.552	(6.645)	67.197
Ajustes			
			4.224
			(2.445)
			44.767
			(30.614)
			83.129

Pagamento de CCC			
Mês de Referência	Valor pago	Valor c/ Cobertura	Diferença
Julho	17.455	22.449	(4.994)
Agosto	22.050	22.374	(324)
Setembro	21.047	22.374	(1.327)
Total	60.552	67.197	(6.645)

A **despesa com energia elétrica comprada** passou de R\$706 milhões para R\$ 740,1 milhões. A partir do 2º trimestre de 2002, devido ao final do racionamento, os contratos iniciais voltaram a ser pagos integralmente. Um dos fatores para o aumento desta despesa no 3º trimestre de 2002, foi o reajuste tarifário das Geradoras em 4 de julho de 2002. Tal reajuste, foi em média de 11,23% (vide item “Tarifas de Venda”). Além disso, esta despesa foi impactada pelos seguintes fatores:

- ↘↘decréscimo de R\$ 59,1 milhões devido a homologação pela Aneel (Resolução nº483 de 29/08/2002), dos montantes utilizados pelas distribuidoras de Energia Livre referente ao racionamento. Este valor, entretanto, não tem impacto no resultado.
- ↘↘redução de R\$ 51,5 milhões devido a divulgação provisória dos montantes de energia no curto prazo pelo MAE, relativo ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002.
- ↘↘aumento de R\$ 31 milhões referente a contabilização da alteração do fator de redução devido a homologação pela Aneel (Resolução nº480 e 481 de 29/08/2002) dos valores relativos a recomposição de receita durante o racionamento.

R\$ mil	
3 tri 2002	
Cesp	186.509
Paranapanema	45.452
AES Tietê	57.897
Furnas	204.327
EMAE	34.649
ITAIPU	308.225
Bilateral	13.725
Curto Prazo	(51.324)
Energia Livre	(59.343)
Total	740.117

Despesas com transmissão – no 3ºtrimestre de 2002 foram de R\$ 134 milhões, 26% acima do verificado no 2ºtrimestre de 2002. Este aumento é explicado pelo reajuste das tarifas de transmissão (rede básica - 32,18% e transporte de Itaipu – 7,95%) e conexão (10,55%), ocorridas em 4 de julho de 2002.

Outro ponto a ressaltar para este aumento é o acerto da metodologia de verificação do uso do sistema de distribuição da área de concessão da Bandeirante Energia S. A.. Devido a esta verificação, notou-se que no 1º semestre de 2002, a Eletropaulo havia efetuado pagamentos com valores inferiores. Sendo assim, no 3ºtrimestre de 2002 a empresa fez o acerto da diferença encontrada, o que ocasionou o aumento desta conta de R\$ 1 milhão para R\$2,5 milhões.

Com o acerto da metodologia de verificação do uso do sistema de distribuição da Bandeirante S.A., o valor estimado para os próximos trimestres é de R\$ 2 milhões.

	R\$ Milhões	
	3 tri 2002	2 tri 2002
Rede Básica	95,9	72,6
Transporte Itaipu	11,0	10,2
Bandeirantes	2,5	1,0
Conexão	24,6	22,7
Total	134,0	106,4

Despesas com pessoal – durante o 3ºtrimestre de 2002 foram de R\$107,4 milhões, valor impactado por três motivos:

- ↘↘efeito da Fundação Cesp (Reserva a Amortizar) - R\$ 57,3 milhões;
- ↘↘provisionamento de R\$ 7,2 milhões de PLR;
- ↘↘reajuste salarial de 7% a partir de julho de 2002.

Excluindo-se tais efeitos (PLR e Fundação Cesp), a despesa de pessoal no 3º trimestre de 2002 seria de R\$42,8 milhões, 1,4% inferior ao 2º trimestre de 2002.

Despesa com pessoal			
	2 Tri02	3 Tri02	V%
Total de Desp. com Pessoal(1)	93.7	107.4	14.6%
F. Cesp Reserva à Amortizar	(50.3)	(57.3)	14.1%
Desp. c/ pessoal sem F.Cesp (2)	43.4	50.1	15.2%
Provisionamento PLR	-	(7.2)	
Itens extraordinários (3)	-	(7.2)	
Despesa c/ pessoal ajustado = (1-2-3)	43.4	42.8	-1.4%

Despesa com Fundação Cesp no 3º trimestre 2002 foi 17,3% superior ao 2º trimestre de 2002. Isto se deve basicamente ao aumento dos pagamentos feitos aos Programas Assistenciais e da Amortização de reservas a amortizar.

Fundação Cesp			
	2 Tri02	3 Tri02	V%
Contribuição como patrocinadora	1,6	1,7	3,6%
Programas assistenciais	1,2	3,3	165,7%
Subtotal de Benefícios (1)	2,9	5,0	72,9%
Amortização de reservas a amortizar	50,3	57,3	14,1%
Subtotal de Reservas à Amortizar (2)	50,3	57,3	14,1%
Total incluído como despesa de pessoal (1+2)	53,1	62,3	17,3%

Despesas de materiais e serviços de terceiros – apresentou uma redução de 5,4%, passando de R\$50,6 milhões no 2º trimestre de 2002 para R\$47,9 milhões no 3º trimestre de 2002. Isto se deve principalmente a diminuição de despesas legal e honorária advocatícios de R\$ 3 milhões.

Outras despesas operacionais passaram de R\$29,9 milhões para R\$53,2 milhões. Desconsiderado-se o ajuste positivo ocorrido no 2º trimestre de 2002 de R\$ 36,9 milhões, devido à continuidade do processo de recuperação de Créditos Tributários do PIS, esta conta apresentaria uma redução de 20,4%.

3º Trimestre 2002 x 3º Trimestre 2001

A **receita bruta** no 3º trimestre de 2002 sofreu alguns ajustes:

- ≈ de R\$ 24,8 milhões negativos referente a recomposição tarifária extraordinária devido a mudança do fator de redução dos contratos iniciais (vide explicação no item “Acordo Geraldo do Setor”);
- ≈ de R\$61,6 milhões negativos referentes a Energia Livre, devido a mudança do fator de redução dos contratos iniciais, (vale ressaltar que a energia livre não impacta o resultado, pois este valor também está contabilizado como receita em compra de energia, não impactando desta forma o EBITDA, uma vez que a empresa irá apenas repassar este valor arrecadado com o reajuste tarifário extraordinário para os geradores);
- ≈ de R\$ 43,1 milhões negativos devido aos números provisórios divulgado pelo MAE referente a venda de Energia de Curto Prazo (período de setembro/2002 a setembro/2002);
- ≈ de R\$127,8 milhões positivos devido ao ajuste da recomposição extraordinária de tarifa (vide análise do “Resultado”).

A **despesa com energia elétrica comprada** passou de R\$692,7 milhões para R\$ 740,1 milhões. Este aumento é explicado principalmente pelo pagamento integral dos contratos iniciais a partir do 2º trimestre de 2002, devido ao final do racionamento e pelo reajuste das Geradoras em 4 de julho de 2002 que em média foi de 11,23%.

Despesas com transmissão e utilização da rede básica elevaram-se em 27% quando comparadas com o mesmo período do ano anterior, passando de R\$105,6 milhões para R\$134 milhões. Este aumento deve-se principalmente ao reajuste nas tarifas de transporte - 32,18% - e conexão - 10,55% - ocorrido em julho de 2002, e também ao reajuste de 7,95% da tarifa de transmissão de Itaipu. Além dos fatores citados anteriormente esta conta foi impactada pela cobrança da tarifa de uso do sistema de distribuição da Bandeirante que não era cobrada anteriormente. Durante o 3º trimestre de 2002, tal despesa foi de R\$2,5 milhões.

No 3º trimestre de 2002 a **despesa com pessoal** aumentou em 4,3% se comparada ao mesmo período do ano anterior. O aumento verificado foi ocasionado por: reajuste salarial de 7% a partir de junho de 2002 e ao ajuste dos pagamentos referentes a Reserva a Amortizar da Fundação Cesp.

Despesas de materiais e serviços de terceiros: comparando-se o 3º trimestre de 2002 com o mesmo período do ano anterior verifica-se um decréscimo de 24,6% nessas despesas, resultando numa redução de R\$63,5 milhões para R\$47,9 milhões. Isto se deve principalmente à diminuição de despesas legais e honorários advocatícios no 3º trimestre de 2002 e também ao fato de que no 3º trimestre de 2001 houve um incremento de R\$ 7,4 milhões para materiais de consumo para operação.

Outras despesas operacionais passaram de um crédito de R\$117,5 milhões positivo para uma despesa R\$53,2 milhões. Isto se deve ao fato que em 2001 ter havido um crédito de R\$ 206,9MM relativos a um processo de recuperação de Créditos Tributários do PIS. A empresa efetuou este crédito com base na sentença favorável expedida no ano passado pela justiça federal (23ª vara da Justiça Federal de São Paulo), referente ao mandado de segurança no qual se pleiteou a compensação de valores recolhidos indevidamente do PIS no período de junho de 1990 a outubro de 1995. O valor reconhecido nesta conta será compensado nos próximos exercícios.

RESULTADO FINANCEIRO

3º Trimestre 2002 X 2º Trimestre 2002

As *receitas financeiras* passaram de R\$357,1 milhões para R\$381,6 milhões. O aumento da receita no 3º trimestre de 2002 deve-se aos ajustes positivos oriundos das operações de swap, devido à desvalorização do Real em relação ao Dólar de aproximadamente 36,9% no período, e a correção dos valores da recomposição tarifária extraordinária e dos itens da Parcela A pela SELIC.

As *despesas financeiras* passaram de R\$693,1 milhões no 2º trimestre de 2002 para R\$1.328,1 milhões no 3º trimestre de 2002, devido a forte desvalorização do real no período (36,9%). As principais variações foram:

Encargos da Dívida em Moeda Nacional: passaram de R\$6,4 milhões para R\$ 18,9 milhões. O aumento de tal despesa pode ser explicado pelo pagamento de encargos das dívidas renegociadas no período que foram convertidas para a moeda local.

Encargos da Dívida em Moeda Estrangeira: apresentaram um aumento de R\$53,6 milhões para R\$58,3 milhões.

Multas e Acréscimo Moratório: passaram de R\$26,7 milhões para R\$35,1 milhões. A despesa desta conta basicamente refere-se ao provisionamento do PASEP que a empresa está questionando judicialmente.

Outras Despesas Financeiras: As despesas desta conta referem-se principalmente ao pagamento de COFINS incidente sobre receita não operacional. O aumento da despesa com esta conta no 3º trimestre de 2002 é devido aos ajustes positivos que a empresa obteve com operações de swap cambial.

Variação Monetária em Moeda Nacional: passou de uma despesa de R\$21,1 milhões para R\$79,9 milhões. Este aumento é explicado pelos seguintes fatores:

- ≠≠ Aumento do IGPM no 3º trimestre de 2002, que é o indexador da 7ª emissão de debêntures;
- ≠≠ Atualização do IGPDI referente à Confissão de Dívida da Fundação CESP;
- ≠≠ Variação monetária das dívidas convertidas de dólar para a moeda local;
- ≠≠ Aumento da variação monetária das contas relacionadas com a Recomposição Tarifária Extraordinária, adiantamento do BNDES.

Variação Monetária em Moeda Estrangeira: a despesa do 3º trimestre de 2002 (R\$1.424,8 milhões) deve-se principalmente à forte desvalorização da moeda em 36,9% no período, embora dentro desta despesa também esteja incluída a amortização do diferimento da variação cambial efetuado em 2001 no valor de R\$26,4 milhões. Tal diferimento, feito de acordo com as Deliberações 404 e 409 da CVM de 27/09/2001 e 01/11/2001 respectivamente reconheceu no Ativo Diferido uma despesa de R\$203 milhões em 31/12/2001 referente à variação da taxa de câmbio ocorrida no período, sendo amortizadas em quatro anos ou quando da realização, a partir do presente exercício.

3º Trimestre 2002 X 3º Trimestre 2001

As *receitas financeiras* passaram de R\$321,8 milhões no 3º trimestre de 2001 para R\$381,6 milhões no 3º trimestre de 2002. A receita financeira no 3º trimestre de 2002 deve-se aos ajustes positivos oriundos das operações de swap, devido à desvalorização do Real em relação ao Dólar de aproximadamente 36,9% no período, e a correção dos valores da recomposição tarifária extraordinária e dos itens da Parcela A pela SELIC.

As *despesas financeiras* do 3º trimestre de 2002 foram de R\$1.328,0 milhões, superiores às despesas de R\$568,6 milhões no mesmo período do ano anterior. Este aumento se deve principalmente à variação da taxa de câmbio ocorrida durante o período. As principais variações são:

Encargos da Dívida em Moeda Nacional: apresentou uma redução de R\$24,2 milhões para R\$18,8 milhões devido à amortização do principal da 7ª emissão de debêntures ocorrida em 2001 e março de 2002.

Encargos da Dívida em Moeda Estrangeira: apresentaram uma redução de R\$72,8 milhões para R\$58,3 milhões, ocasionados pela redução do endividamento em dólar durante o exercício de 2002.

Multas e Acréscimo Moratório: passaram de R\$13,6 milhões para R\$35,1 milhões. A despesa desta conta basicamente refere-se ao provisionamento do PASEP que a empresa está questionando judicialmente.

Variação Monetária em Moeda Nacional: apresentou uma despesa de R\$79,8 milhões no 3º trimestre de 2002, enquanto que no mesmo período do ano anterior a despesa foi de R\$48,1 milhões. Este aumento é explicado pelos seguintes fatores:

- ⌘ Aumento do IGPM no 3º trimestre de 2002, que é o indexador da 7ª emissão de debêntures;
- ⌘ Atualização do IGPDI referente à Confissão de Dívida da Fundação CESP;
- ⌘ Variação monetária das dívidas convertidas de dólar para a moeda local;
- ⌘ Aumento da variação monetária das contas relacionadas com a Recomposição Tarifária Extraordinária, adiantamento do BNDES.

Variação Monetária em Moeda Estrangeira: a despesa do 3º trimestre de 2002 (R\$1.424,8 milhões) deve-se principalmente à forte desvalorização da moeda em 36,9% no período, embora dentro desta despesa também esteja incluída a amortização do diferimento da variação cambial no valor de R\$26,4 milhões.

Composição das Despesas Financeiras :

Consolidado	3tri02	2tri02	3tri01
Receitas Financeira			
Rendas de Aplicações Financeiras	266.426	302.675	299.498
Outras	115.215	54.454	22.289
Subtotal	381.641	357.129	321.787
Despesas Financeira			
Encargos de Dívidas			
Moeda Nacional	(18.881)	(6.457)	(24.288)
Moeda Estrangeira	(58.353)	(53.649)	(72.864)
Multas e Acréscimos Moratórios	(35.069)	(26.735)	(13.597)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	
Outras	(33.638)	53.563	(27.113)
	(145.941)	(33.278)	(137.862)
Variação Monetária/Cambial			
Moeda Nacional	(79.880)	(21.100)	(48.034)
Moeda Estrangeira	(1.424.823)	(744.670)	(449.391)
Subtotal	(1.504.703)	(765.770)	(497.425)
Ganho Equivalência Patrimonial	322.569	105.908	66.326
Total Despesa Financeira	(1.328.075)	(693.140)	(568.961)
Resultado Financeiro	(946.434)	(336.011)	(247.174)

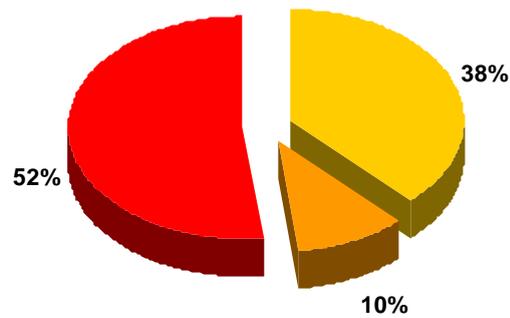
RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Controladora			R\$ milhões		
Demonstração dos Resultados	3º Tri 02	2º Tri 02	Var %	3º Tri 01	Var %
Receita Bruta	2.045,6	1.776,4	15,2%	1.539,7	32,9%
Deduções à Receita Operacional					
- RGR	(20,9)	(15,3)	37,0%	(15,9)	31,4%
- ICMS	(360,1)	(322,6)	11,6%	(232,4)	55,0%
- ECE	(53,2)	(57,3)	-7,0%	0,0	0,0%
- Outros	(72,2)	(62,2)	16,2%	(55,8)	29,5%
Receita Líquida	1.539,1	1.319,1	16,7%	1.235,6	24,6%
Despesas Operacionais					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(740,1)	(706,6)	4,7%	(692,7)	6,8%
Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão	(134,0)	(106,4)	26,0%	(105,6)	27,0%
Pessoal	(107,4)	(93,7)	14,6%	(102,9)	4,3%
Materiais	(5,3)	(4,9)	8,0%	(14,3)	-62,9%
Serviços de Terceiros	(42,6)	(45,7)	-6,9%	(49,2)	-13,5%
CCC	(83,1)	(69,4)	19,7%	(69,4)	19,7%
Outros	(53,2)	(29,9)	77,8%	117,5	-145,3%
EBITDA	373,4	262,4	42,3%	318,9	17,1%
Depreciação e Amortização	(63,8)	(62,3)	2,4%	(58,5)	9,1%
Resultado da Equivalência Patrimonial	358,2	131,5	172,3%	86,4	314,5%
Receitas Financeiras	380,8	356,9	6,7%	321,2	18,6%
Despesas Financeiras	(191,9)	(60,8)	215,9%	(138,4)	38,7%
Var. Cambial/Mont. (Liq.)	(1.502,2)	(764,4)	96,5%	(517,5)	190,3%
Receitas/Despesas não operacionais	(3,5)	(2,2)	61,2%	(3,2)	8,5%
Resultado antes da Tributação	(649,0)	(401,2)	61,8%	8,9	-7428,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	328,5	78,5	318,6%	20,4	1508,6%
Item extraordinário Líquido dos efeitos de tributos	(66,3)	(71,6)	-7,4%	0,0	-
Lucro (prejuízo) Líquido	(386,8)	(14,4)	2585,2%	29,3	-1421,2%

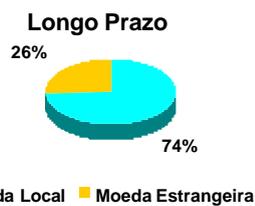
Controladora			R\$ mil		
PASSIVO	3º Tri 02	2º Tri 02	Var %	3º Tri 01	Var %
CIRCULANTE	5.496	4.006	37,2%	2.975	84,7%
Fornecedores	1.095	1.127	-2,8%	711	53,9%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.368	2.008	67,8%	1.461	130,5%
Obrigações com Fundação CESP	127	104	21,6%	346	-63,3%
Encargos da Dívida	75	64	17,5%	40	88,8%
Impostos, Taxas e Contribuições	389	278	40,1%	170	126,5%
Folha de Pagamento	2	3	-34,5%	4	-52,3%
Provisões	56	63	-10,7%	56	0,9%
Dividendos a Pagar	140	140	0,0%	3	4650,7%
Obrigações Estimadas	35	25	32,0%	35	0,2%
Parcelamento de Trib.e Contrib.Sociais	12	12	-0,8%	5	137,1%
Outros	196	283	-30,7%	144	36,3%
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.840	4.752	22,9%	4.580	27,5%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.075	1.160	-7,3%	1.295	-17,0%
Obrigações com Fundação CESP	665	579	14,7%	374	77,5%
Provisões Passivas (Cofins, Pasp e outros)	1.121	1.042	7,6%	1.076	4,3%
Parcelamento de Trib.e Contrib.Sociais	278	249	11,9%	7	4022,0%
Dívidas com Pessoas Ligadas	2.259	1.650	36,8%	1.549	45,8%
Outros	442	428	3,1%	279	58,5%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.444	2.955	-17,3%	2.544	-3,9%
Capital Social Realizado	1.058	1.058	0,0%	1.058	0,0%
Reservas de Capital	246	238	3,5%	238	3,7%
Reservas de Reavaliação	1.212	1.214	-0,2%	1.223	-0,9%
Reservas de Lucros	61	61	0,0%	32	88,2%
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(132)	252	-152,3%	(7)	-
TOTAL DO PASSIVO	13.780	11.712	17,7%	10.099	36,5%

Controladora			R\$ milhões		
ATIVO	3º Tri 02	2º Tri 02	Var %	3º Tri 01	Var %
CIRCULANTE	3.012	2.534	18,8%	2.689	12,0%
Disponibilidades	340	188	80,4%	192	76,6%
Consumidores	2.024	1.857	9,0%	1.966	2,9%
Provisão para Devedores Duvidosos	(399)	(367)	8,9%	(348)	14,8%
Tributos e Contribuições Sociais	150	96	55,6%	471	-68,2%
Estoques	26	27	-6,3%	40	-36,0%
Despesas pagas Antecipadamente	375	190	96,7%	67	461,3%
Outros Créditos	497	403	23,4%	300	65,6%
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	3.601	2.897	24,3%	1.169	208,0%
Tributos e Contribuições Sociais	1.229	875	40,3%	605	103,2%
Consumidores	1.629	1.599	1,9%	0	-
Provisão para Devedores Duvidosos	(37)	(37)	0,0%	0	-
Despesas pagas Antecipadamente	346	381	-9,1%	0	-
Outros Créditos	434	414	4,9%	565	-23,1%
PERMANENTE	7.167	6.281	14,1%	6.241	14,8%
Investimentos	1.794	1.015	76,8%	908	97,6%
Imobilizado	5.238	5.234	0,1%	5.298	-1,1%
Diferido	134	163	-17,5%	35	289,1%
TOTAL DO ATIVO	13.780	11.712	17,7%	10.099	36,5%

PERFIL DO ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO EM 30/09/2002

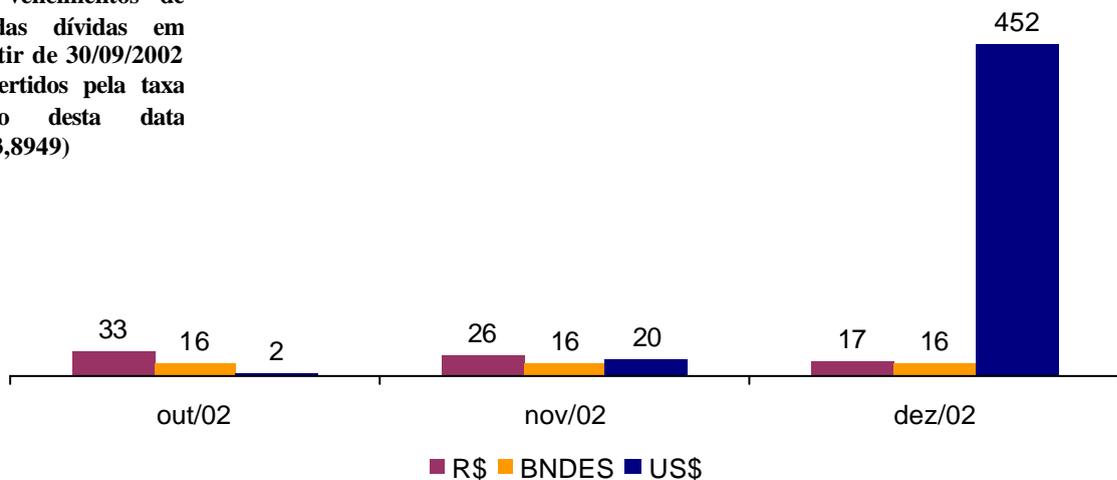


Moeda Local Moeda Estrangeira c/ Hedge Moeda Estrangeira s/ Hedge



Vencimentos de Principal 2002 (R\$ Milhões)

* Obs: Os vencimentos de principal das dívidas em dólar a partir de 30/09/2002 foram convertidos pela taxa de câmbio desta data (R\$/US\$ = 3,8949)



Detalhamento do Endividamento

Em 30/09/2002 o endividamento da empresa era de R\$6,2 bilhões. Tal valor inclui o adiantamento de recursos referentes às perdas do racionamento feito pelo BNDES no valor de R\$864 milhões, cujos desembolsos ocorreram em fevereiro e agosto 2002. Este adiantamento será amortizado mensalmente através dos recursos obtidos com reajuste tarifário extraordinário concedido em 27/12/2001 corrigido por SELIC + 1% a.a, o que trará impacto nulo ao resultado financeiro da empresa, pois existe uma contrapartida na receita financeira uma vez que o ativo regulatório referente ao reajuste extraordinário de tarifa será corrigido pela mesma taxa (SELIC + 1% a.a).

O endividamento também contempla o valor de R\$294 milhões referente ao ajuste da Fundação Cesp, a ser reconhecido no Passivo de acordo com a deliberação 371 da CVM, o qual não tem impacto adicional de caixa (vide explicação no item Fundação Cesp).

Divida da Controladora					
30/set/02					
R\$ mil					
Descrição	Moeda	Início/Final	Montante (Principal LP)	Montante (Principal CP)	Montante (Encargos)
Empréstimo Sindicalizado	US\$	2000/2002	-	744.900	1.217
Floating Rate Notes	US\$	2001/2005	-	1.187.945	21.005
Linha de Crédito Externo	US\$	1998/2009	2.259.042	-	8
Euro - Commercial Papers	US\$	1999/2002	-	383.747	3.181
Lei 7976/89	US\$	1995/2009	297.288	45.737	175
Resolução 96/93 (Bib's)	US\$	1999/2013	577	58	2
Empréstimo Bancário	US\$	2001/2003	-	233.694	4.883
Clube de Paris	US\$/FRF	1995/2006	92.825	20.246	823
Intercompany Loan	US\$	2001/2002	-	-	-
Lei 4131	US\$	2001/2004	1.081	1.441	39
TOTAL MOEDA EXTERNA			2.650.813	2.617.767	31.333
Debentures 7ª Emissão	R\$	2000/2004	78.080	255.970	30.849
Fund. Cesp - Confissão de Dívida II A	R\$	1997/2008	370.219	70.518	-
CVM 371	R\$	1997/2017	294.025	-	-
Fundação Cesp - Outras Obrigações	R\$	2001	262	56.426	-
Consumidores	R\$	2003	1.606	21	1.330
Banco ABC do Brasil	R\$	2002/2004	-	25.673	272
Banco BBA Creditanstalt	R\$	2002/2004	-	53.427	610
Banco Banespa/Santander	R\$	2002/2004	-	53.272	2.066
Conta Garantida	R\$	2002	-	58.000	-
Finame	R\$	1999/2006	24.882	31.792	437
BBA	R\$	2002/2004	204	409	76
Banco do Brasil	R\$	2002	-	50.000	-
BNDES	R\$	2002/2005	655.999	208.432	7.151
BELGO MINEIRA	R\$	0	760	-	-
Leasing	US\$	2000/2003	-	13.335	1.091
TOTAL MOEDA INTERNA			1.426.037	877.275	43.882
TOTAL GERAL (CP + LP + ENCARGOS)			7.647.107		

Divida Consolidada					
30/set/02					
R\$ mil					
Descrição	Moeda	Vencimento	Montante (Principal LP)	Montante (Principal CP)	Montante (Encargos)
Empréstimo Sindicalizado	US\$	2000/2002	-	744.900	1.217
Floating Rate Notes	US\$	2001/2005	-	1.187.945	21.005
Euro - Commercial Papers	US\$	1999/2002	-	383.747	3.181
Lei 7976/89	US\$	1995/2009	297.288	45.737	175
Resolução 96/93 (Bib's)	US\$	1999/2013	577	58	10
Empréstimo Bancário	US\$	2001/2003	-	233.694	4.883
Clube de Paris	US\$/FRF	1995/2006	92.825	20.246	823
Lei 4131	US\$	2001/2004	1.081	1.441	39
Empréstimo Bancário	US\$	2000/2005	-	194.746	2.431
Linha de Financiamento Externo	US\$	2001/2004	-	389.489	2.868
Capital de Giro	US\$	2001/2003	-	116.847	1.785
Credit Linked Note	US\$	2001/2009	116.847	-	-
TOTAL MOEDA EXTERNA			508.618	3.318.850	38.416
Debentures 7ª Emissão	R\$	2000/2004	78.080	255.970	30.849
Fund. Cesp - Confissão de Dívida II A	R\$	1997/2008	370.219	70.518	-
Banco ABC do Brasil	R\$	2002/2004	-	25.673	272
Banco BBA Creditanstalt	R\$	2002/2004	-	53.427	610
Banco Banespa/Santander	R\$	2002/2004	-	53.272	2.066
CVM 371	R\$	1997/2017	294.025	-	-
Fundação Cesp - Outras Obrigações	R\$	2001	262	56.426	-
Consumidores	R\$	2003	1.606	21	1.330
Conta Garantida	R\$	2002	-	58.000	-
Finame	R\$	1999/2006	24.882	31.792	437
BBA	R\$	2002/2004	204	409	76
Banco do Brasil	R\$	2002	-	50.000	-
BNDES	R\$	2002/2005	655.999	208.432	7.151
BELGO MINEIRA	R\$	0	760	-	-
Leasing	US\$	2000/2003	3.692	19.078	1.091
TOTAL MOEDA INTERNA			1.429.728	883.018	43.882
TOTAL GERAL (CP + LP + ENCARGOS)			6.222.513		

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O 3º trimestre de 2002 apresentou-se positivo para a Eletropaulo no que se refere às negociações das rolagens de dívidas com vencimento no trimestre que somavam R\$ 1.536 milhões. Além disso, em 20/08/02 foi desembolsada pelo BNDES, a 2ª parcela à título de adiantamento das perdas do racionamento de junho a dezembro de 2001 e das variações da “Parcela A” de janeiro a outubro de 2001, no valor de R\$734,2 milhões. Entretanto, tal valor foi reduzido em R\$ 332,2 milhões por encargos setoriais que haviam sido diferidos.

Com o valor líquido recebido do BNDES a empresa pode amortizar integralmente as emissões de Euro-Commercial Paper de US\$120 milhões (21/08/2002) e US\$30 milhões (06/09/2002).

No que tange as negociações das rolagens das dívidas no 3º trimestre de 2002, a empresa obteve os seguintes resultados:

- ✍ 7ª emissão de debêntures – R\$ 179 milhões da 1ª tranche – amortização de R\$29 milhões relativos à variação monetárias e juros, pagamento do principal em 23 parcelas mensais a partir de novembro de 2002, com remuneração de IGP-M + 14,5%.
- ✍ Empréstimo Sindicalizado – US\$ 225 milhões – Eletropaulo conclui as negociações dos principais termos e condições, para a renovação da dívida no valor de US\$191 milhões, por 24 meses, sendo a maior parte convertida para Reais. A empresa obteve a extensão do prazo de vencimento e nas próximas semanas espera finalizar a documentação definitiva, que deverá refletir os termos e condições já acordados.
- ✍ Working Capital – US\$ 60 milhões - as negociações foram divididas em 2 partes:
 - ✍ US\$ 30 milhões – amortização de 15%, e o saldo restante foi convertido para a moeda local, prazo de 18 meses para pagamento de principal em 5 parcelas iguais de principal, início das amortizações programadas para janeiro de 2003,
 - ✍ US\$ 30 milhões - amortização de US\$ 3 milhões e US\$ 15 milhões liquidados através de venda futura de energia e cessão de recebíveis. O saldo restante (US\$ 12 milhões) foi convertido para moeda local e será amortizado em 24 meses em 6 parcelas iguais com início das amortizações programado para janeiro de 2003.

Durante o 3º trimestre de 2002, as operações de “hedge” que venceram não foram renovadas diante da escassez de crédito para realizar tais operações, representando em 30/09/2002, 16,4% da dívida em dólar consolidada. Todavia, houve uma parcela substancial do endividamento da empresa que foi convertido para Reais, resultado do processo de reestruturação da dívida. Assim que o mercado permitir, a empresa pretende retornar a sua prática de hedge. O instrumento financeiro utilizado para a proteção é o “swap” de índices (dólar x CDI)

	Valor US\$	Valor R\$
SWAP (1)	163.000	634.869
Dívida Consolidada (2)	992.550	3.865.884
% Protegido (1/2)	16,4%	16,4%

Contabilização da Dívida “Off-balance” – Fundação CESP

A Companhia, de acordo com Deliberação CVM nº371, optou por reconhecer no resultado do exercício dos próximos 5 anos a partir de 2002 o passivo atuarial não registrado apurado em 31 de dezembro de 2001, no montante de R\$2.399 milhões. Tal montante transitará pelo Demonstrativo de Resultados na proporção de 1/5 por ano, de tal forma que tal obrigação esteja integralmente reconhecida no Balanço Patrimonial em 2007.

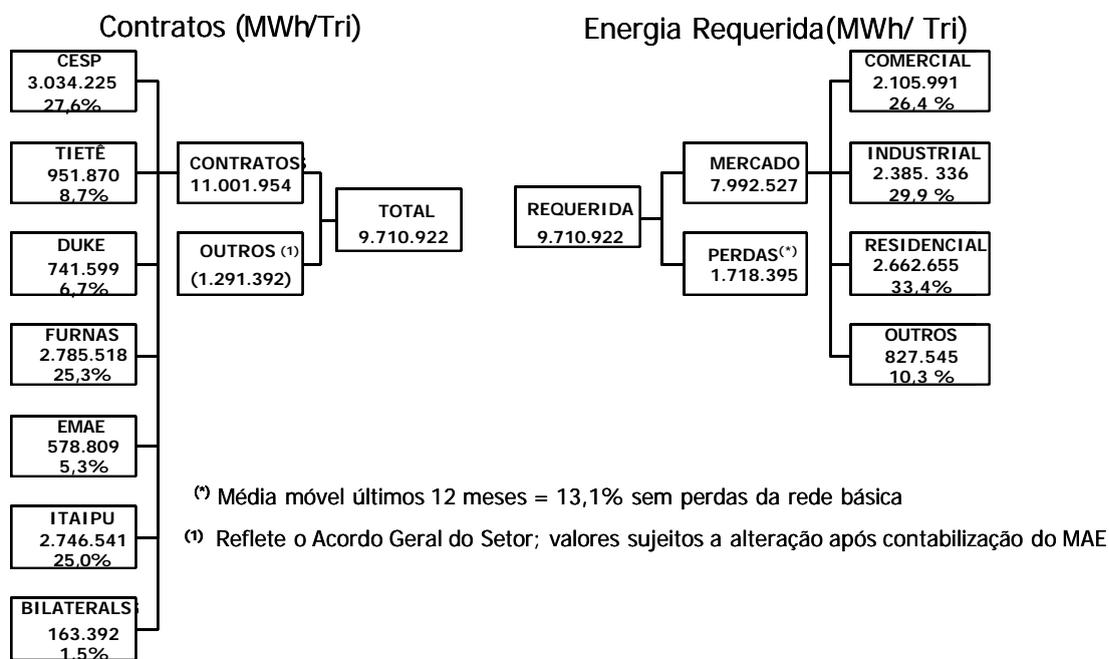
Vale mencionar que em função de tal dívida já ter sido objeto de negociação no passado, ela vem sendo amortizada desde outubro de 1997, com prazo estimado de liquidação em outubro de 2017. Conseqüentemente, tal contabilização não representará desembolso adicional de caixa para a empresa. A despesa adicional resultante desse ajuste contábil será contabilizada como item extraordinário (na conta Participações/Contribuições Estatutárias na Demonstração de Resultado), já líquido de impostos.

De acordo com a Deliberação 371 da CVM a contabilização durante o 3º trimestre de 2002 foi feita da seguinte forma:

- ✍ Creditou-se Passivo de Longo Prazo (Obrigações com a Fundação CESP) de aproximadamente R\$ 92,9 milhões contra Despesa Extraordinária de R\$66,4 milhões (líquido dos efeitos tributários)
- ✍ Adicionalmente, a amortização da dívida com a Fundação CESP (Reserva Matemática a amortizar) representou uma despesa no Resultado de aproximadamente R\$57,0 milhões.

O total já reconhecido no passivo de Longo Prazo até o 3º trimestre de 2002 é de R\$ 294.025 mil.

BALANÇO ENERGÉTICO 2002



Os valores da média móvel das perdas dos últimos 12 meses mantiveram-se elevados, uma vez que, o período analisado captura os efeitos do racionamento onde muitos consumidores que não conseguiram cumprir suas metas de consumo estabelecidas pelo Governo, decidiram realizar ligações clandestinas aumentando desta forma o número de fraudes no nosso sistema. Considerando-se que o número de ligações clandestinas fosse o mesmo apresentado antes do racionamento, proporcionalmente o número de perdas já seria maior uma vez que houve uma queda brusca no mercado devido ao racionamento.

REAJUSTE TARIFÁRIO

Reajuste Tarifário julho/2002

Parcelas	%
A	Itaipu 4,83
	RGR/CCC/Others 2,16
	Suprimento nacional 4,13
	CVA 0,64
Total Parcela A	
11,76	
B	<i>Varição IGPM</i> 2,48
Total Parcela B	
2,48	
Reajuste Total	
14,24	

A Eletropaulo, em 04 de julho de 2002, teve suas tarifas reajustadas em 14,24%, sendo deste total 75% relativo aos custos da Parcela A (não incluindo a CVA) e 25% referente aos custos da Parcela B.

O reajuste da empresa dividiu-se nos seguintes tópicos:

Encargos

Os encargos que estão contemplados na tarifa de 4 de julho de 2002 são os seguintes: RGR, CCC e TFSEE.

A **RGR** de 2002 teve sua cota modificada pela Portaria Interministerial de nº 25, de 24 de janeiro de 2002, que trata de mudanças nas datas da fixação da RGR de forma a haver concatenação com a data de reajuste tarifário anual para as concessionárias de distribuição de energia elétrica. No caso da Eletropaulo, a cota mensal fixada (Despacho nº 367 e 368 de junho de 2002) para o período tarifário foi de R\$ 6,8 milhões.

A cota de **CCC** para o ano de 2002 foi reduzida em função da redução do consumo de energia elétrica verificada após o término do racionamento e também devido a melhoria dos níveis de reservatórios das hidrelétricas reduzindo, desta forma, a utilização das usinas termoeletricas. Sendo assim a cota de CCC, que é calculada pela utilização das usinas termoeletricas, foi reduzida de R\$ 355 milhões (Resolução nº 36, de 29 de janeiro de 2002) para R\$268 milhões em 18 de junho de 2002 (Resolução nº325). Esta nova cota de CCC do ano de 2002 foi utilizada para compor o cálculo do reajuste tarifário de 4 de julho de 2002, sendo o valor de cobertura mensal relativo a despesa de CCC a ser utilizado até junho de 2003 será de R\$ 22.374 mil.

A TFSEE (Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica) – por decisão da Aneel teve os valores mensais relativos ao exercício de 2002 reduzidos para R\$ 929mil. É importante ressaltar que a TFSEE terá sempre seu reajuste concatenado com o das empresas de distribuição de energia.

Contratos Iniciais

A Eletropaulo teve seus Contratos Iniciais reajustados em média 11,23%, vide tabela abaixo:

Geradora	Tarifa de Energia (R\$/MWH)	Reajuste %	Resolução nº
CESP	51,78	8,42	371, de 3 de julho de 2002.
Paranapanema	51,01	8,73	372, de 3 de julho de 2002.
EMAE	44,95	10,89	375, de 3 de julho de 2002.
Furnas	62,81	15,22	376, de 3 de julho de 2002.
AES Tietê	50,83	9,10	377, de 3 de julho de 2002.

Itaipu

No reajuste tarifário de 4 de julho de 2002, o dólar utilizado para o cálculo da tarifa foi de 2,8444 (do dia 30/06/02), o que representa um aumento de 23,41% em relação ao dólar utilizado para o reajuste tarifário de 2001 (R\$/US\$ =2,3049). Vale ressaltar que a diferença devido a variação do dólar nos pagamentos de Itaipu está incluída na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA), criada pela portaria Interministerial n° 296 de 25 de outubro de 2001.

Transmissão e Conexão

A Resolução n° 358, de 28 de junho de 2002, estabeleceu o valor das tarifas de uso das instalações de transmissão de energia elétrica para a Rede Básica e para o Transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu.

O novo valor da tarifa mensal da Rede Básica ficou estabelecido em R\$4.774,74/MW, um aumento de 32,18%, e o valor da tarifa mensal do transporte de Itaipu ficou fixado em R\$ 2.110,81/MW, o que representa um aumento de 7,95%.

A Eletropaulo utiliza duas empresas para fazer conexão com a Rede Básica: EPTE (Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A.) e a CTEEP (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista), as quais tiveram sua receita anual estabelecida pela Resolução n° 374, de 3 de julho de 2002 conforme tabela abaixo:

Empresa transmissora	Valores em R\$	% de aumento
EPTE	99.349.632,96	10,55
CTEEP	816.158,86	10,55

INDICADORES DE QUALIDADE

Em 21 de janeiro de 2002, ocorreu o rompimento de um dos quatro subcondutores do sistema de transmissão no trecho de Ilha Solteira - Araraquara, ocasionando um curto-circuito que levou o Sistema Sudeste a um processo oscilatório, demandando vários outros desligamentos automáticos, caracterizando uma situação de “blecaute” nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A interrupção de carga na área da Eletropaulo foi em média de 3h12m, impactando os indicadores de eficiência – DEC e FEC.

DEC/FEC/TMA

	1.998	1.999	2.000	2.001	3° Tri 2002 c/efeito do Blecaute	3° Tri 2002 s/efeito do Blecaute	Limite Aneel 2002
DEC	18,21	19,43	11,44	8,99	13,21	10,15	13,62
FEC	10,19	10,9	9,2	7,51	9,23	7,88	9,42
TMA	156	133	86	100	114		147

Quadro de Pessoal

	1.998	1.999	2.000	3° Tri01	2.001	3° Tri02
Pessoal	7.668	6.646	5.851	3.817	3.982	3.817
Vendas Físicas (MWh) mês/ Empregado	387	444	533	596	680	697
Número de clientes / Empregado	574	673	791	1.227	1.192	1.303